

FERROVIA CENTRO-ATLÂNTICA S.A.

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR
EM 31 DE MARÇO DE 2013 e RELATÓRIO
SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PAR – 13/051

Aos Administradores e Acionistas da
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2013.



**BAKER TILLY
BRASIL**

MG AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/MG – 005455/O-1

Gilberto Galinkin
Contador CRCMG 035718/O-8

Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRCMG 079371/O-6



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
Demonstração do Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	210.197.577,031
Preferenciais	66.665
Total	210.197.643.696
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.492.781	3.304.103
1.01	Ativo Circulante	415.945	410.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.769	159.817
1.01.03	Contas a Receber	272.667	126.379
1.01.03.01	Clientes	272.667	126.379
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	79.400	57.329
1.01.03.01.02	Partes realacionadas	193.267	69.050
1.01.04	Estoques	62.327	60.840
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.097	31.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.242	10.861
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.843	21.184
1.02	Ativo Não Circulante	3.076.836	2.893.869
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	190.323	185.515
1.02.01.03	Contas a Receber	39.401	38.582
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	22.659	23.115
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	394	394
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	127.869	123.424
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	121.711	116.093
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	4.893	5.091
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	1.265	2.240
1.02.03	Imobilizado	783.408	639.537
1.02.04	Intangível	2.103.105	2.068.817

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercicio Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.492.781	3.304.103
2.01	Passivo Circulante	424.746	275.232
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.651	72.118
2.01.02	Fornecedores	79.825	94.329
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.167	16.754
2.01.05	Outras Obrigações	289.103	92.031
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	151.519	23.533
2.01.05.02	Outros	137.584	68.498
2.01.05.02.04	Arrendamentos e concessões a pagar	37.817	37.787
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	23.948	24.555
2.01.05.02.06	Receitas diferidas	71.201	317
2.01.05.02.07	Outras	4.618	5.839
2.02	Passivo Não Circulante	1.801.998	1.655.916
2.02.02	Outras Obrigações	1.726.509	1.578.464
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	394	5.418
2.02.02.02	Outros	1.726.115	1.573.046
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.703.825	1.553.165
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	3.884	3.963
2.02.02.02.04	Demais contas a pagar	18.406	15.918
2.02.04	Provisões	75.489	77.452
2.03	Patrimônio Líquido	1.266.037	1.372.955
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuizos Acumulados	-456.929	-350.011

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.939	219.563
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-337.499	-258.829
3.03	Resultado Bruto	-61.560	-39.266
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.872	-33.608
3.04.01	Despesas com Vendas	-14	-27
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.688	-8.794
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.714	3.780
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.884	-28.567
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-105.432	-72.874
3.06	Resultado Financeiro	-1.486	-4.270
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-106.918	-77.144
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-106.918	-77.144
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-106.918	-77.144
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,51000	-0,37000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-106.918	-77.144
4.03	Resultado Abrangente do Período	-106.918	-77.144

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-67.641	-27.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-83.148	-46.992
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-106.918	-77.144
6.01.01.02	Depreciação e amortização	50.023	36.363
6.01.01.03	Prov/Rev. para perdas e contingências	-1.361	-7.025
6.01.01.04	Receitas/despesas com variação cambial e monetária	-1.526	642
6.01.01.05	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	456	456
6.01.01.06	Ganho/perdas na alienação de imobilizado	-115	-204
6.01.01.07	Receitas antecipadas	-23.707	-80
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.507	19.382
6.01.02.01	Contas a receber- empresas ligadas	-124.445	7.117
6.01.02.02	Contas a receber terceiros	-22.708	364
6.01.02.03	Estoques	-1.486	2.629
6.01.02.04	Tributos a recuperar	11.361	-546
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	-11.381	-11.284
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-3.422	11.797
6.01.02.07	Outros ativos	-2.503	-784
6.01.02.08	Fornecedores-empresas ligadas	122.931	-14.912
6.01.02.09	Fornecedores-terceiros	-14.986	49.157
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-5.587	-5.946
6.01.02.11	Salários e obrigações sociais	-27.467	-34.407
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	30	2
6.01.02.14	Antecipações de clientes	-607	-1.191
6.01.02.15	Outros passivos	95.777	17.386
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-228.067	-129.105
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-228.182	-129.690
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado	115	585
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	150.660	135.000
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital	150.660	135.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-145.048	-21.715
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	159.817	50.324
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.769	28.609

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opcões Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.722.956	0	0	-350.011	0	1.372.955
5.03	Saldo Inicial Ajustado	1.722.956	0	0	-350.011	0	1.372.955
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.918	0	-106.918
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.918	0	-106.918
5.07	Saldo Final	1.722.956	0	0	-456.929	0	1.266.027

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.722.966	0	0	-186.861	0	1.536.105
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.722.966	0	0	-186.861	0	1.536.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.144	0	-77.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.144	0	-77.144
5.07	Saldos Finais	1.722.966	0	0	-264.005	0	1.458.961

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	328.851	264.866
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	321.002	259.764
7.01.02	Outras Receitas	8.714	3.780
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-865	1.322
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-288.872	-214.802
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-159.813	-110.666
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-125.082	-98.715
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.360	-1.146
7.02.04	Outros	-5.337	-4.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	39.979	50.064
7.04	Retenções	-50.023	-36.363
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.023	-36.363
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.044	13.701
7.06	Vir Adicionado Recebido em Transferência	3.121	901
7.06.02	Receitas Financeiras	3.121	901
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.923	14.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.923	14.602
7.08.01	Pessoal	71.219	59.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.804	35.515
7.08.01.02	Benefícios	19.338	18.859
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.400	3.572
7.08.01.04	Outros	677	1.268
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.182	27.362
7.08.02.01	Federais	19.116	18.691
7.08.02.02	Estaduais	4.967	8.510
7.08.02.03	Municipais	99	161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.594	5.170
7.08.03.01	Juros	4.594	5.170
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-106.918	-77.144
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-106.918	-77.144

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.492.387	3.303.709
1.01	Ativo Circulante	415.945	410.234
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.769	159.817
1.01.03	Contas a Receber	272.667	126.379
1.01.03.01	Clientes	272.667	126.379
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	79.400	57.329
1.01.03.01.02	Partes relacionadas	193.267	69.050
1.01.04	Estoques	62.327	60.840
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.097	31.153
1.01.07	Despesas Antecipadas	22.242	10.861
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.843	21.184
1.02	Ativo Não Circulante	3.076.442	2.893.475
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.929	185.121
1.02.01.03	Contas a Receber	39.401	38.582
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	22.659	23.115
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	127.869	123.424
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	121.711	116.093
1.02.01.09.04	Tributos a recuperar	4.893	5.091
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	1.265	2.240
1.02.03	Imobilizado	783.408	639.537
1.02.04	Intangível	2.103.105	2.068.817

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.492.387	3.303.709
2.01	Passivo Circulante	424.746	275.233
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.651	72.118
2.01.02	Fornecedores	79.825	94.329
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.167	16.754
2.01.05	Outras Obrigações	289.103	92.032
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	151.519	23.533
2.01.05.02	Outros	137.584	68.499
2.01.05.02.04	Arrendamento e concessões a pagar	37.817	37.787
2.01.05.02.05	Antecipações de clientes	23.948	24.555
2.01.05.02.06	Receitas diferidas	71.201	317
2.01.05.02.07	Outros	4.618	5.840
2.02	Passivo Não Circulante	1.801.604	1.655.521
2.02.02	Outras Obrigações	1.726.115	1.578.069
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	5.023
2.02.02.02	Outros	1.726.115	1.573.046
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.703.825	1.553.165
2.02.02.02.03	Receitas diferidas	3.884	3.963
2.02.02.02.04	Demais contas a pagar	18.406	15.918
2.02.04	Provisões	75.489	77.452
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.266.037	1.372.955
2.03.01	Capital Social Realizado	1.722.966	1.722.966
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-456.929	-350.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	275.939	219.563
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-337.499	-258.829
3.03	Resultado Bruto	-61.560	-39.266
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.872	-33.608
3.04.01	Despesas com Vendas	-14	-27
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.688	-8.794
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.714	3.780
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.884	-28.567
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-105.432	-72.874
3.06	Resultado Financeiro	-1.486	-4.270
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-106.918	-77.144
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-106.918	-77.144
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-106.918	-77.144
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-106.918	-77.144
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,51000	-0,37000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-106.918	-77.144
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-106.918	-77.144
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-106.918	-77.144

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-67.641	-27.610
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-83.148	-46.992
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	-106.918	-77.144
6.01.01.02	Depreciação e amortização	50.023	36.363
6.01.01.03	Prov/rev. para perdas e contingências	-1.361	-7.025
6.01.01.04	Receitas/despesas com variação cambial e monetária	-1.526	642
6.01.01.05	Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	456	456
6.01.01.06	Ganho/perdas na alienação de imobilizado	-115	-204
6.01.01.07	Receitas antecipadas	-23.707	-80
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.507	19.382
6.01.02.01	Contas a receber- empresas ligadas	-124.445	7.117
6.01.02.02	Contas a receber terceiros	-22.708	364
6.01.02.03	Estoques	-1.486	2.629
6.01.02.04	Tributos a recuperar	11.361	-546
6.01.02.05	Outras despesas antecipadas	-11.381	-11.284
6.01.02.06	Depósitos judiciais e garantias	-3.422	11.797
6.01.02.07	Outros ativos	-2.503	-784
6.01.02.08	Fornecedores- empresas ligadas	122.931	-14.912
6.01.02.09	Fornecedores- terceiros	-14.986	49.157
6.01.02.10	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-5.587	-5.946
6.01.02.11	Salários e obrigações sociais	-27.467	-34.407
6.01.02.13	Arrendamento e concessões a pagar	30	2
6.01.02.14	Antecipação de clientes	-607	-1.191
6.01.02.15	Outros passivos	95.777	17.386
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-228.067	-129.105
6.02.01	Compra de ativo imobilizado e intangível	-228.182	-129.690
6.02.02	Recebimento pela venda de imobilizado	115	585
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	150.660	135.000
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital	150.660	135.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-145.048	-21.715
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	159.817	50.324
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.769	28.609

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integrado	Reservas de Capital, Opções Quotadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação das Não Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	1.722.966	0	0	-350.311	0	1.372.655	0	1.372.655
5.03	Saldo Inicial Ajustado	1.722.966	0	0	-350.311	0	1.372.655	0	1.372.655
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-106.918	0	-106.918	0	-106.918
5.06.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-106.918	0	-106.918	0	-106.918
5.07	Saldo Final	1.722.966	0	0	-456.929	0	1.266.037	0	1.266.037

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Oções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	1.722.966	0	0	-186.961	0	1.536.105	0	1.536.105
5.03	Saldo Inicial Ajustado	1.722.966	0	0	-186.961	0	1.536.105	0	1.536.105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-77.144	0	-77.144	0	-77.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-77.144	0	-77.144	0	-77.144
5.07	Saldo Final	1.722.966	0	0	-264.005	0	1.458.961	0	1.458.961

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2013 à 31/03/2013	01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	328.851	264.866
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	321.002	259.764
7.01.02	Outras Receitas	8.714	3.780
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-865	1.322
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-288.872	-214.802
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-159.813	-110.666
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-125.082	-98.715
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.360	-1.146
7.02.04	Outros	-5.337	-4.275
7.03	Valor Adicionado Bruto	39.979	50.064
7.04	Retenções	-50.023	-36.363
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-50.023	-36.363
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-10.044	13.701
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.121	901
7.06.02	Receitas Financeiras	3.121	901
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-6.923	14.602
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-6.923	14.602
7.08.01	Pessoal	71.219	59.214
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.804	35.515
7.08.01.02	Benefícios	19.338	18.859
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.400	3.572
7.08.01.04	Outros	677	1.268
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24.182	27.362
7.08.02.01	Federais	19.116	18.691
7.08.02.02	Estaduais	4.967	8.510
7.08.02.03	Municipais	99	161
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.594	5.170
7.08.03.01	Juros	4.594	5.170
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-106.918	-77.144
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-106.918	-77.144

Comentário do Desempenho



1. Receita Líquida

A receita líquida no primeiro trimestre de 2013 foi de 275,9 milhões. No primeiro trimestre de 2012 foi de R\$ 219,6 milhões, o que significa um aumento de 25,6% em 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo aumento da receita com transporte de aço, grãos, cimento e produtos químicos.

A produção no primeiro trimestre de 2013 fechou em 3,937 bilhões de toneladas por quilômetro-útil (TKU) (primeiro trimestre de 2012 – 2,510), 56,9% acima do mesmo período do ano anterior.

2. Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados no primeiro trimestre de 2013 foram de R\$ 337,5 milhões (primeiro trimestre de 2012 - R\$ 258,8), 30,4% acima do mesmo período do ano anterior. Esta variação foi ocasionada principalmente pelo aumento nos custos com pessoal, combustíveis, partilha de frete e depreciação.

3. Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro trimestre de 2013 fechou negativo em R\$ 1,5 milhões, contra um resultado também negativo de R\$ 4,3 milhões no mesmo período do ano anterior. Esta variação foi ocasionada principalmente pela receita com variação monetária no primeiro trimestre de 2013 (despesa no primeiro trimestre de 2011), redução nas despesas financeiras com IOF, cartas de fiança e encargos; bem como o aumento nas receitas financeiras do primeiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior.

4. Outras receitas (despesas) operacionais

O aumento do resultado negativo de outras receitas (despesas) operacionais no 1º Trimestre de 2013, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi em decorrência dos gastos com a Malha Ferroviária visando a atender as novas concessões ferroviárias a serem implantadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Comentário do Desempenho



5. Investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia no primeiro trimestre de 2013 totalizaram R\$ 233 milhões, um aumento de 77,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os investimentos realizados foram:

	R\$ Mil
	Total
Construção e ampliação de pátios	25.699
Material rodante - aquisições e modernização	46.429
Instalações administrativas e de apoio	5.187
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	31.483
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	10.355
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	5.139
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	5.672
Trens turísticos - melhorias	1.543
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	101.556

6. EBITDA

O EBITDA apurado nos períodos apresentados é como segue:

	R\$ mil	
	31/03/2013	31/03/2012
Receita operacional líquida	275.939	219.564
Custo dos bens e serviços vendidos		
Custo operacional	(248.636)	(186.724)
Depreciação e amortização	(48.704)	(34.402)
Arrendamento e concessão	(40.158)	(37.703)
	(337.498)	(258.829)
Despesas gerais e administrativas	(12.688)	(8.794)
Despesas com vendas	(14)	(28)
Pesquisa e desenvolvimento	(84)	
Provisão p/despesas c/risco e contingências	1.360	(1.146)
Outras receitas operacionais	8.714	3.780
Outras despesas operacionais	(41.160)	(27.421)
EBIT	(105.431)	(72.874)
Depreciação e amortização		
No custo	48.704	34.402
Administrativa	668	1.446
Trem Turístico	651	517
	50.023	36.365
EBITDA	(55.408)	(36.509)
Arrendamento e concessão	40.158	37.703
EBITDA Ajustado	(15.250)	1.194

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada "FCA", "Companhia" ou "Ferrovia Centro-Atlântica") com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026, podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026, renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 18. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. ("Vale") - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária e limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A.

A Vale Operações Ferroviárias S.A, em 30 de novembro de 2011 teve sua denominação social alterada para VLI Multimodal S.A.

Notas Explicativas

2 - Apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de Abril de 2013.

2.2 Base de preparação

Essas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

a) Informações contábeis intermediárias individuais - Controladora

As informações contábeis intermediárias individuais aqui apresentadas sob o título de Controladora, foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1), "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

b) Informações contábeis intermediárias consolidadas - Consolidado

As Informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21(R1), "Demonstrações Intermediárias", de forma condizente com as normas estabelecidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Consolidado, também foram preparadas de acordo com o IAS 34, "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

c) Outros aspectos relacionados à apresentação das informações contábeis intermediárias

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações contábeis intermediárias da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para contingências prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Companhia não apresentou itens classificáveis como outros resultados abrangentes. Desta forma não há divulgação desta informação nas informações contábeis intermediárias apresentadas, uma vez que o resultado do período representa também o resultado abrangente.

A Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações. Assim, até que suas operações possibilitem a geração de lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações, a Companhia dependerá de recursos a serem obtidos de seus controladores ou terceiros. Em conexão com a elaboração dessas informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia analisou esta situação e concluiu que não existem incertezas sobre a sua capacidade de obter tais recursos, caso necessário. Portanto, essas informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis para companhias em continuidade operacional.

3 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. As políticas contábeis aplicadas nessas informações contábeis intermediárias são consistentes com as políticas descritas na Nota 4.3 das demonstrações contábeis da Companhia do

Notas Explicativas

exercício findo em 31 de dezembro de 2012, arquivadas na CVM. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme neste período apresentado, exceto quando indicado de outra forma.

a) Critérios de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes e de partes relacionadas, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Provisão para não realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de *impairment*, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

Notas Explicativas

d) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas de clientes a receber são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais perdas na sua realização.

A estimativa de perdas de créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em experiência de inadimplência ocorrida no passado.

Durante o período de três meses findos em 31 de março de 2013, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

f) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações contábeis intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Notas Explicativas

Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas"

A vida útil dos bens está apresentada na Nota 13.

h) Intangível

I. Direitos de concessão

Está representado pelo valor pago pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da Malha Centro-Leste (Nota 1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

i) Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Em alguns casos, os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. Em sua maioria as contas a pagar são normalmente reconhecidas pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente.

Notas Explicativas

k) Concessões e arrendamentos

No Brasil os serviços de transporte ferroviário de cargas e passageiros estão sujeitos a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação dos serviços de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

A concessão dos trechos da FCA originou-se do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Foram celebrados dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim, os mesmos são tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme estabelecido pela Orientação OCPC05 – Contratos de Concessão.

Em linha com os esclarecimentos provenientes das Orientações Técnicas - OCPC 05 e com instruções contidas no Manual de contabilidade, divulgado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Administração concluiu que as condicionantes estabelecidas através da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de concessão não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, oriundos da União (extinta RFFSA).

Dessa forma, esses contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

Os investimentos (benfeitorias) efetuados na infraestrutura (malha ferroviária) relacionados aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 1 são registrados no ativo intangível. Não foi registrado no momento inicial nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

No caso de contingências prováveis, onde houver direito contratual de reembolso parcial ou total por outra parte, é constituída provisão para a contingência e, no ativo, é reconhecido o direito ao reembolso, quando houver o direito contratual ou legal ou o reembolso for praticamente certo. No resultado, o valor da despesa é apresentado líquido do valor reconhecido de reembolso. A exceção são as contingências onde, por força de Lei, a União (extinta RFFSA) é considerada a responsável primária (Nota 11), sendo a Companhia um agente no litígio.

Notas Explicativas

m) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação no resultado

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo Vale. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada ("*constructive obligation*").

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

Receitas de serviços

A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando o método de taxa de juros efetiva aplicável.

o) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

Notas Explicativas

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, caso dividendos sejam propostos estes serão reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

p) Moeda Funcional

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das informações contábeis intermediárias é o real (R\$).

q) Alterações e interpretações das normas internacionais existentes que ainda não estão em vigor

Não houve emissão de novos pronunciamentos que afetem essas informações contábeis intermediárias. Os pronunciamentos mencionados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012 foram adotados sem impacto significativo nessas informações contábeis intermediárias.

No período de três meses findos em 31 de março de 2013, não foram emitidas novas normas, alterações de normas além daquelas divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2012 que possam afetar as presentes informações trimestrais.

r) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 30, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

s) Capital Social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração.

t) Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado ("DVA"), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentados como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de informações contábeis intermediárias.

4 – Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas informações contábeis intermediárias com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

4.1 – Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas Explicativas

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos trimestres são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.

4.2 – Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia - Concessão

Conforme descrito na Nota 3(k) a Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- I. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- II. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados.
- III. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- IV. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- V. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Notas Explicativas

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	5.543	92.414
Aplicações financeiras	9.226	67.403
	14.769	159.817

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

6 – Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Contas a receber de clientes	104.021	81.085
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(24.621)	(23.756)
	79.400	57.329

As análises de vencimentos estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
A vencer	46.200	50.756
Vencidos até 3 meses	28.598	3.676
Vencidos de 3 a 6 meses	4.014	1.180
Vencidos acima 6 meses	25.209	25.473
	104.021	81.085

Em 31 de março de 2013, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 24.621 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 23.756) estavam vencidas e provisionadas.

O comitê de créditos e cobranças, formado pelas áreas de administração de vendas, comercial, contas a receber e de riscos de créditos, analisam a situação dos atuais clientes visando mitigar possíveis perdas e inadimplências.

A metodologia adotada para constituir a estimativa de possíveis perdas de liquidação duvidosa contempla a avaliação criteriosa dos títulos vencidos a mais de 180 dias, excluindo os valores mantidos com as empresas ligadas, considerando o histórico de operações e das condições comerciais mantidas com cada cliente em atraso.

Notas Explicativas

7 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Almoxarifado de Ibiã – MG	6.309	5.561
Almoxarifado de Divinópolis – MG	29.834	30.376
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	3.768	4.097
Almoxarifado de Uberaba – MG	5.810	6.021
Almoxarifado de Paulínea – SP	4.029	3.946
Almoxarifado de Araguari – MG	2.893	2.563
Almoxarifado de Lavras – MG	3.645	3.568
Almoxarifado de Montes Claros – MG	2.108	2.184
Outros almoxarifados	5.013	4.488
Provisão para perdas em itens de estoque	(4.994)	(4.994)
Importações em andamento	3.912	3.030
	62.327	60.840

8 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar têm sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
ICMS a recuperar	7.008	6.593
Imposto de renda retido na fonte	1.195	1.041
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.037	2.960
PIS e COFINS a compensar	8.704	20.405
IOF a recuperar	119	120
ISS	14	14
INSS	20	20
	20.097	31.153
Não circulante		
ICMS a recuperar	4.893	5.091
	4.893	5.091
	24.990	36.244

9 – Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	3.454	5.897
Aluguel do Terminal Integrado de Araguari (a)	16.963	3.139
	22.242	10.861
Não circulante		
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	22.659	23.115
	22.659	23.115
	44.901	33.976

(a) Instrumento particular atípico de desenvolvimento de edificação, construção sob encomenda e locação atípica, na modalidade de "built to suit"

O contrato assinado entre a Companhia e terceiros constitui o desenvolvimento e a implementação da construção do Terminal Integrador de Araguari e, por conseguinte a locação do terminal à Companhia em

Notas Explicativas

caráter personalíssimo, sendo o referido Terminal construído para atender exclusivamente as necessidades da Companhia.

9.1 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Concessão (a)	1.719	1.719
Arrendamento (b)	106	106
	1.825	1.825
Não Circulante		
Concessão (a)	1.312	1.338
Arrendamento (b)	21.347	21.777
	22.659	23.115

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista, com a contabilização idêntica aos contratos de arrendamento de bens.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente, conforme estipulado em contrato. Os valores pagos antecipadamente foram registrados na rubrica "Arrendamentos e concessão pagos antecipadamente", no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo).

9.2– Prêmios de seguro pagos antecipadamente

A companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo "All Risks".

	31/03/2013	31/12/2012
Responsabilidade civil geral	2.451	3.401
All Risks	372	1.487
Seguro de transporte	631	1.009
	3.454	5.897

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade Civil Geral	All Risk	R\$ 25.000
Riscos Operacionais	All Risk	USD 200.000 com agregado de USD 400.000
Transporte Internacional Importação	All Risk	USD 70.000
Transporte Internacional Exportação	All Risk	USD 100.000
Transporte Nacional (Embarques Terrestres / Aéreos)	All Risk	USD 10.000
Transporte Nacional (Embarques Aquaviários (Cabotagem e Fluvial/Lacustre))	All Risk	USD 60.000
Responsabilidade Civil do Transportador Ferroviário - RCTF-C	All Risk	USD 30.000
Frota de automóvel	All Risk	R\$ 200.000
Vida em Grupo	Empregados, Cônjuges e Filhos	24 X Salário Base
Vida em Grupo	Menores e aprendizes	R\$ 10
Acidentes pessoais	Visitantes, Estudantes e Colaboradores que passeiam nos trens turísticos da FCA	R\$ 10

10 – Demais contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Adiantamento a empregados	12.898	13.692
Adiantamento a fornecedores	6.069	4.797
Outras contas	4.876	2.695
	23.843	21.184
Não circulante		
Adiantamento a empregados	1.265	2.240
	1.265	2.240
	25.108	23.424

11 – Depósitos judiciais e provisão de contingências

	Controladora e Consolidado			
	31/03/2013		31/12/2012	
	Depósitos judiciais	Provisões de contingências	Depósitos judiciais	Provisões de contingências
Trabalhistas (a)	82.003	48.538	78.194	52.148
Cíveis (b)	18.300	19.025	16.681	17.577
Administrativa regulatória (c)		4.747		4.551
Sesi (d)	16.665		16.513	
Tributárias (e)	4.743	1.528	4.705	1.506
Ambientais (f)		1.651		1.670
	121.711	75.489	116.093	77.452

De acordo com o Edital de Privatização, a União (extinta RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica. A Companhia procederá a compensação dos valores desembolsados, com os processos judiciais trabalhistas de responsabilidade da RFFSA, com as parcelas a vencer do contrato de arrendamento, mediante autorização judicial.

Notas Explicativas

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de março de 2013, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam R\$ 48.538 (31 de dezembro de 2012- R\$ 52.148). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (extinta RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:

- 1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços tão somente à RFFSA;
- 2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;
- 3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.
- 4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a União (extinta RFFSA), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (extinta RFFSA), no montante de R\$ 39.401, classificado na rubrica "Contas a Receber" no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (extinta RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU.

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total de R\$ 19.025 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 17.577).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

Notas Explicativas

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.747 (31 de dezembro de 2012- R\$ 4.551) referente à multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como possível a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão nesse processo.

e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 1.528 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.506).

f) Ambientais

Baseado no entendimento e na revisão dos valores das contingências, com o apoio de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.651 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 1.670) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 957.000 (31 de dezembro de 2012 – aproximadamente R\$ 903.000), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis. O referido montante poderá ser reduzido, quando aplicável, em função da responsabilidade total ou parcial da União (extinta RFFSA).

A seguir são apresentadas a composição destas contingências por natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Trabalhistas (i)	331.000	304.000
Cíveis (ii)	229.000	217.000
Previdenciário (iii)	51.000	50.000
Tributárias (iv)	316.000	304.000
Ambientais (v)	30.000	28.000
	957.000	903.000

- i. Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas; cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e

Notas Explicativas

pedido de responsabilidade subsidiária da FCA, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).

- ii. Cíveis: trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas nos trilhos da malha ferroviária cedida à Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. Previdenciários: trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, Sesi e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).
- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

12 – Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica "Outras provisões" no Passivo Circulante.

13 – Imobilizado

				Controladora e Consolidado	
				31/03/2013	31/12/2012
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Bens em operação					
Imóveis	25 a 40 anos	2,95%	22.385	(976)	21.409
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	4.821	(1.775)	3.046
Equipamentos autônomos	5 a 25 anos	8,40%	84.492	(37.892)	46.600
Veículos	3 a 5 anos	22,71%	8.348	(1.715)	6.633
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	10.930	(3.893)	7.037
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	29.935	(17.111)	12.824
Locomotivas	12,5 a 25 anos	5,51%	468.960	(115.153)	353.827
Vagões	33,3 anos	3,00%	374.412	(59.918)	314.494
Outros ativos	10 anos	10,00%	8.474	(498)	7.976
			1.012.777	(238.931)	773.846
					630.015
Terrenos			1.142		1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			8.738		8.738
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)
			9.562		9.562
			1.022.339	(238.931)	783.408
					639.537

A Companhia nomeou locomotivas, vagões, veículos e equipamentos em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de R\$ 34.673 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 35.242).

Notas Explicativas

A movimentação do imobilizado no período findo em 31 de março de 2013 está sumarizada da seguinte forma:

Custo	Controladora e Consolidado			31/03/2013
	31/12/2012	Adições	Transferências entre imobilizado e intangível (a)	
Imóveis	22.343		42	22.385
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	4.775		46	4.821
Equipamentos autônomos	76.882		7.610	84.492
Veículos	6.303		2.045	8.348
Bens administrativos/auxiliares	9.658		1.272	10.930
Equipamentos e aplicativos de informática	29.620		315	29.935
Locomotivas	432.703	19.996	16.281	468.980
Vagões	265.921	108.467	24	374.412
Outros ativos	8.411		63	8.474
	856.616	128.463	27.698	1.012.777
Terrenos	1.142			1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	8.698	40		8.738
Provisão para baixa de ativo	(318)			(318)
	9.522	40		9.562
	866.138	128.503	27.698	1.022.339

Depreciação	Controladora e Consolidado			31/03/2013
	31/12/2012	Adições		
Imóveis	(606)	(370)		(976)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.723)	(52)		(1.775)
Equipamentos autônomos	(36.771)	(1.121)		(37.892)
Veículos	(1.356)	(359)		(1.715)
Bens administrativos/auxiliares	(3.641)	(252)		(3.893)
Equipamentos e aplicativos de informática	(16.014)	(1.097)		(17.111)
Locomotivas	(108.950)	(6.203)		(115.153)
Vagões	(57.255)	(2.663)		(59.918)
Outros	(285)	(213)		(498)
	(226.601)	(12.330)		(238.931)

(a) Os gastos com ativos imobilizado e intangível são inicialmente registrados como ativo imobilizado e posteriormente são feitas análises considerando a aplicação do referido ativo (bens próprios ou benfeitorias na concessão). Os ativos relacionados à benfeitoria na concessão são transferidos para o ativo intangível.

(b) Em 31 de março de 2013 a Companhia adquiriu da VLI Multimodal S.A, através de Contrato celebrado entre as partes, 68 (sessenta e oito) locomotivas e 3.680 (três mil seiscentos e oitenta) vagões. De forma a garantir a permanência dos bens nas ferrovias e consequentemente a continuidade da prestação dos serviços de transporte ferroviário. Os bens continuarão destinados ao serviço público ferroviário nas ferrovias.

A Companhia pagará pela aquisição dos bens o valor de R\$ 128.463, acrescido dos respectivos tributos relacionados à compra e venda.

Notas Explicativas

14 – Intangível

Controladora e Consolidada						
31/03/2013						
31/12/2012						
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	13,8 anos	4,7%	43.169	(15.539)	27.630	28.142
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	8.256	(7.688)	568	342
			51.425	(23.227)	28.198	28.484
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	13,8 anos	2,58%	120.159	(17.132)	103.027	88.610
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	13,8 anos	5,0%	24.686	(5.676)	19.010	18.995
Equipamentos autônomos	5 a 13,8 anos	7,20%	11.600	(5.974)	5.626	5.309
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)		
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	3.323	(137)	3.186	3.269
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	6.878	(2.384)	4.494	4.838
Locomotivas	12,5 a 13,8 anos	7,46%	169.009	(111.452)	57.557	55.844
Vagões	12,5 a 13,8 anos	3,00%	119.360	(59.742)	59.618	60.226
Via permanente	10 a 13,8 anos	4,24%	2.112.701	(523.375)	1.589.326	1.542.952
Outros ativos	10 anos	10%				63
			2.567.735	(725.891)	1.841.844	1.780.106
Intangível em curso			233.063		233.063	260.227
			2.852.223	(749.118)	2.103.105	2.068.817

As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, sendo (i) R\$ 29.770 no ativo imobilizado, que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e (ii) R\$ 43.169 no intangível como Direitos de Concessão, por se referir ao valor pago para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 1).

O intangível em curso é originado dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. A composição do intangível em curso pode ser demonstrada da seguinte forma:

	Contratado
	31/03/2013
Construção e ampliação de pátios	25.699
Material rodante - aquisições e modernização	46.429
Instalações administrativas e de apoio	5.187
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	31.483
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	10.355
Regulificação e melhorias nos postos de abastecimento	5.139
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	5.672
Trens turísticos - melhorias	1.543
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	101.556
	233.063

Notas Explicativas

O intangível no período findo em 31 de março de 2013 apresentava a seguinte movimentação:

Controladora e Consolidado					
Custo	31/12/2012	Adições	Transferências	Transferências entre imobilizado e intangível	31/03/2013
Direitos de concessão	43.169				43.169
Softwares adquiridos	8.002		254		8.256
	51.171		254		51.425
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Imoveis	105.015		15.186	(42)	120.159
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	24.368		364	(46)	24.686
Equipamentos autônomos	11.055		8.819	(8.274)	11.600
Veículos	19		2.045	(2.045)	19
Bens administrativos/auxiliares	3.323		1.272	(1.272)	3.323
Equipamentos e aplicativos de informática	6.878		315	(315)	6.878
Locomotivas	165.524		19.766	(16.281)	169.009
Vagões	119.173		211	(24)	119.360
Via permanente	2.033.426		78.610	664	2.112.700
Outros	53			(63)	
	2.468.844		126.588	(27.698)	2.567.734
Intangível em curso	260.227	99.679	(126.842)		233.064
	2.780.242	99.679		(27.698)	2.852.223

Controladora e Consolidado			
Amortização	31/12/2012	Adições	31/03/2013
Direitos de concessão	(15.027)	(512)	(15.539)
Softwares adquiridos	(7.660)	(28)	(7.688)
Imoveis	(16.405)	(727)	(17.132)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(5.373)	(303)	(5.676)
Equipamentos autônomos	(5.746)	(228)	(5.974)
Veículos	(19)		(19)
Bens administrativos/auxiliares	(54)	(83)	(137)
Equipamentos e aplicativos de informática	(2.040)	(344)	(2.384)
Locomotivas	(109.680)	(1.772)	(111.452)
Vagões	(58.947)	(795)	(59.742)
Via permanente	(490.474)	(32.901)	(523.375)
	(711.425)	(37.693)	(749.118)

15 – Fornecedores

Controladora e Consolidado		
	31/03/2013	31/12/2012
Mercado interno	76.615	90.062
Mercado externo	3.210	4.267
	79.825	94.329

16 – Obrigações fiscais

Controladora e Consolidado		
	31/03/2013	31/12/2012
ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)	2.976	3.969
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.015	2.447
PIS e COFINS	4.737	8.558
IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)	207	207
ISS (Impostos sobre Serviços)	1.232	1.573
	11.167	16.754

Notas Explicativas

17 – Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Salários e encargos	15.129	19.486
Provisão para férias e 13º salários	17.097	15.009
Benefícios trabalhistas	7.933	13.287
Participação nos resultados	4.465	24.318
Outros	27	18
	44.651	72.118

18 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Poder Concedente - União		
Concessão (a)	1.748	1.748
Arrendamento (b)	33.207	33.207
	34.955	34.955
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN		
Concessão (c)	143	142
Arrendamento (d)	2.719	2.690
	2.862	2.832
	37.817	37.787

(a) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676, calculado está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2013, foram pagas 59 (cinquenta e nove) parcelas, sendo a 59ª parcela paga no valor de R\$ 1.748.

(b) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de março de 2013, foram pagas 59 (cinquenta e nove) parcelas, sendo a 59ª parcela paga no valor de R\$ 33.207.

(c) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN – Malha Paulista

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante histórico de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2013, foram pagas 50 (cinquenta) parcelas, sendo a 50ª parcela paga no valor de R\$ 429.

Notas Explicativas

(d) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a União (extinta RFFSA), no montante histórico de R\$230.160, dos quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de março de 2013, foram pagas 50 (cinquenta) parcelas, sendo a 50ª parcela paga no valor de R\$ 8.157.

19 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de março de 2013 somavam R\$ 23.949 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 24.555). Esses adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus parceiros (clientes) para antecipar valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do período. Os adiantamentos em questão são atualizados com juros (entre 7,15% e 11% ao ano) e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

20 – Demais contas a pagar

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Circulante		
Garantias contratuais	1.797	1.797
Pêra Ferroviária (a)		1.990
Outros passivos circulantes	2.821	2.052
	4.618	5.839
Não circulante		
Pêra Ferroviária (a)	18.406	15.919
	18.406	15.919
	23.024	21.758

(a) Refere-se ao Instrumento particular de promessa de compra e venda de imóveis e outras avenças, constituindo a aquisição de imóveis para construção de Pêra Ferroviária na localidade de Pirapora.

A Companhia pagará em 10 (dez) parcelas anuais e sucessivas, no valor de R\$ 1.768, acrescidos de juros remuneratórios. A primeira parcela vencendo em 15 de março de 2012 e as demais no dia 15 de março dos anos subseqüentes.

As parcelas serão atualizadas monetariamente com base na variação percentual acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("FGV").

21 – Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC).

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral dos acionistas e também com anuência da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro.

Notas Explicativas

22 – Receitas antecipadas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.

23 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2013 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
VLI Multimodal S.A.	210.197.536.038.503	55.673.348	210.197.591.711.851
Outros- não controladores	40.982.745	10.991.664	51.984.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

Notas Explicativas

b) Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no período. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

Cálculo da média ponderada para 2012

(210.197.577.031.248 x 3/3)

Controladora e Consolidado

31/03/2012

210.197.577.031.248

Prejuízo do período

Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de março de 2012

Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)

(77.144)

210.197.577.031.248

(0,37)

Controladora e Consolidado

31/03/2013

Cálculo da média ponderada para 2013

(210.197.577.031.248 x 3/3)

210.197.577.031.248

Prejuízo do período

Média Ponderação de ações ordinárias em 31 de março de 2013

Prejuízo básico e diluído por lote de milhão de ações (R\$)

(106.918)

210.197.577.031.248

(0,51)

24 – Receita líquida

Receita Bruta

Receita de transporte ferroviário

Receita de utilização de pátios

Receita de estadia de vagões

Receita de aluguel de locomotivas

Receita de partilha de frete

Receita de outros serviços

Controladora e Consolidado

31/03/2013

31/03/2012

262.930 232.432

561 320

1.100 244

235 357

20.520 18.925

35.656 7.485

321.002 259.763

Impostos sobre serviços

ICMS

PIS

COFINS

(15.858) (16.171)

(5.207) (4.286)

(23.998) (19.743)

(45.063) (40.200)

Receita líquida dos serviços vendidos

275.939 219.563

Notas Explicativas

25 – Custos

Os custos dos serviços vendidos estão assim representados:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal	(68.871)	(48.740)
Encargos sociais	(14.236)	(3.355)
Material	(19.532)	(20.002)
Combustíveis	(65.453)	(46.110)
Serviços contratados	(38.895)	(32.894)
Partilha de frete	(35.045)	(24.916)
Tributos	(4.478)	(9.171)
Outros	(2.127)	(1.536)
Depreciação	(48.704)	(34.402)
Despesas de arrendamento e concessão	(40.158)	(37.703)
	(337.499)	(258.829)

26 – Receitas (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal	(4.117)	(3.749)
Encargos sociais	(912)	(243)
Material	(15)	(79)
Combustíveis	(16)	(3)
Serviços contratados	(5.967)	(1.559)
Tributos	(196)	(796)
Outras	(146)	(402)
Depreciação	(1.319)	(1.963)
	(12.688)	(8.794)

b) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Pessoal	(14)	(12)
Serviços contratados		(11)
Outras		(4)
	(14)	(27)

Notas Explicativas

c) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	1.062	938
Venda de ativos	115	585
Recuperação de despesas	127	24
Trem Turístico	763	308
Travessias	2.110	1.045
Multas contratuais	3.343	473
Aluguéis	249	161
Serviços prestados	27	8
Processos trabalhistas	820	
Outros	98	238
	8.714	3.780
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(793)	(847)
Baixa de Ativos		(381)
Estoques	(34)	(2.523)
Ajuste de estoque	(92)	(141)
Despesa de frete		(4.182)
Participação no resultado	(1.854)	(3.115)
Outros gastos c/pessoal		(21)
Pesquisa e desenvolvimento	(29.873)	
Trem Turístico	(863)	(742)
Outras operacionais	(218)	(959)
Processos Judiciais	(5.447)	(12.096)
Indenizações	(2.070)	(1.452)
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(865)	1.322
Provisão para contingências	2.206	(2.468)
Passivo Ambiental	19	(962)
	(39.884)	(28.567)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(31.170)	(24.787)

27 – Resultado financeiro

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	356	505
Juros, taxa e multas de mora	689	393
	1.045	898
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF	(24)	(292)
Despesa de carta de fiança	(138)	(1.829)
Multas dedutíveis	(2.595)	
Encargos por atraso	(18)	(2.309)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(728)	
Juros, taxas e multas	(534)	(65)
Outras despesas financeiras	(20)	(32)
	(4.057)	(4.527)
Receitas(despesas) com variação monetária e cambial	1.526	(641)
Resultado financeiro	(1.486)	(4.270)

Notas Explicativas

28- Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

O total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	6.155	5.939
Provisão para contingências	18.872	19.363
Outras provisões	1.757	7.902
Prejuízo fiscal	348.229	321.159
	375.013	354.363
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	2.216	2.138
Provisão para contingências	6.794	6.971
Outras provisões	633	2.845
Base negativa	125.996	116.251
	135.639	128.205
	510.652	482.568
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos		
Prejuízo fiscal para imposto de renda	1.392.915	1.284.637
Base negativa da contribuição social	1.399.959	1.291.681

29 – Informação por segmento de negócios

Considerando que as atividades da Companhia apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

30 – Partes relacionadas

As partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale	Controladora indireta
VLI S.A	Controladora indireta
VLI Multimodal S.A.	Controladora
SL Serviços Logísticos Ltda.	Controlada
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Demonstrações do Resultado		
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS		2.603
Log-in Logística Intermodal Ltda		6
MRS Logística S.A	1.243	1.217
Vale Fertilizantes S.A		14.679
Vale Fosfatados S.A		3
Vale S.A	7.911	22.268
VLI Multimodal S.A	103.133	91.123
	<u>112.287</u>	<u>131.899</u>
Receitas financeiras		
Vale Fertilizantes S.A	44	
VLI Multimodal S.A	166	
	<u>210</u>	
Outras receitas operacionais		
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	82	
Ultrafertil		126
Samarco Mineração S.A	37	41
Vale Moçambique Ltda		1.003
Vale S.A	22	82
	<u>141</u>	<u>1.252</u>
Custos e despesas		
Custo de intercâmbio/aluguel de locos e vagões		
MRS Logística S.A	1.543	2.237
	<u>1.543</u>	<u>2.237</u>
Custo de partilha de fretes		
MRS Logística S.A	3.473	2.587
Vale S.A	23.810	17.541
	<u>27.283</u>	<u>20.128</u>
Custo de vendas		
Vale Moçambique Ltda		553
		<u>553</u>
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	929	578
	<u>929</u>	<u>578</u>
Despesas com processos de suporte		
Vale S.A		51
		<u>51</u>
Despesas financeiras		
Variação monetária - Vale S.A	32	
	<u>32</u>	

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
A vencer	155.068	42.387	155.068	42.387
Vencidos até 3 meses	16.654	9.905	16.654	9.905
Vencidos de 3 a 6 meses	7.797	3.049	7.797	3.049
Vencidos acima 6 meses	14.142	14.103	13.748	13.709
	<u>193.661</u>	<u>69.444</u>	<u>193.267</u>	<u>69.050</u>

Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

Notas Explicativas

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador VLI Multimodal S.A, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC) do Grupo Vale, envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela controladora VLI S.A., sem o respectivo reembolso.

31 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

Plano de Benefício - FCA

Foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento ("Vesting"), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de março de 2013, 4.544 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2012 – 4.583).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA, são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

As despesas reconhecidas relacionadas ao plano de contribuição definida no período findo em 31 de março de 2013 totalizaram R\$ 929 (31 de março de 2012 - R\$ 484).

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos o resultado da avaliação atuarial para 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(9.971)	(9.309)
Valor justo dos ativos do plano	5.420	4.908
(Déficit)/superávit para planos cobertos	(4.551)	(4.401)
Passivo/ativo líquido	<u>(4.551)</u>	<u>(4.401)</u>

Reconciliação do valor das obrigações atuariais

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Valor das obrigações no início do período	(9.309)	(2.273)
Estimativa dos acréscimos no passivo atuarial dos novos inativos		
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(452)	(341)
Juros sobre obrigação atuarial	(225)	(292)
Contribuições de participantes vertidas no ano	15	
Ganho/(perda) atuarial		(6.464)
Benefícios pagos no ano		61
Valor das obrigações calculadas no final do período	<u>(9.971)</u>	<u>(9.309)</u>

Reconciliação do valor justo dos ativos

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos no início do período	4.908	3.425
Rendimento esperado no ano	138	396
Contribuições de participantes	365	968
Benefícios pagos pelo plano/empresa		(61)
Benefícios pagos pelo funcionário	(15)	
Retorno dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	24	180
Valor justo dos ativos no final do período	<u>5.420</u>	<u>4.908</u>

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Custo do serviço corrente bruto (com juros, líquido da contribuição do participante)	(452)	(341)
Juros sobre obrigação atuarial	(225)	(292)
Rendimento esperado no período	138	396
Despesa de juros sobre o efeito de (teto de ativo)/passivo oneroso		(130)
	<u>(539)</u>	<u>(367)</u>

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 24.

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA.

Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012.

Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

Notas Explicativas

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial efetuada para 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	Controladora e Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,72% a.a	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,60% a.a	12,82% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 47 anos 5,0 % a partir de 48 anos	8,15% até 48 anos 5,0 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,0 % a.a	5,0 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a	5,0 % a.a

32 – Gestão de riscos financeiros

Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos para futuro aumento de capital, fornecedores e partes relacionadas, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

Fatores de risco financeiro

As atividades da FCA a expõem aos riscos financeiros de mercado (incluindo o risco de preço e risco de taxa de juros de fluxo de caixa) risco de crédito e risco de liquidez.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

A gestão de risco é efetuada de forma centralizada no contexto do Grupo Vale.

a) Risco de Mercado

Risco de preço

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos.

O aumento dos custos de insumos, como por exemplo o óleo diesel (principal insumo), levaria a um aumento do frete ferroviário, e poderia deixar os produtos agrícolas em desvantagem no mercado externo refletindo diretamente nos resultados da Companhia.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 3.209 (31 de dezembro de 2012 – R\$ 4.268).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Exceto pelo arrendamento e concessão a pagar (Nota 18), não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com conseqüente minimização de perdas individuais.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Em 31 de março de 2013, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 24.621 (31 de dezembro de 2012 - R\$ 23.756).

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O acompanhamento da política de gestão dos ativos e passivos financeiros da Companhia é feito sistematicamente pelo Conselho de Administração. A administração desses recursos é efetuada por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política envolve uma análise criteriosa das contrapartes da Companhia por meio da análise das demonstrações contábeis, patrimônio líquido e "rating" visando auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar o risco de liquidez.

Outro ponto importante que colabora para a liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa é a administração conjunta com o Centro de Serviço Compartilhado da Vale S.A. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Centro de Serviços Compartilhados. Essa previsão é elaborada com base no Orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. É levada em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas da Companhia. O Centro de Serviços Compartilhados monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender as suas necessidades operacionais.

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo relacionamos os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 correspondem:

Receíveis	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	5.543	92.414	5.543	92.414
CDB's	9.226	67.403	9.226	67.403
Contas a receber de clientes	79.400	57.329	79.400	57.329
Partes relacionadas	193.661	69.444	193.267	69.050
Outras contas a receber - RFFSA (União)	39.401	38.582	39.401	38.582
	<u>327.231</u>	<u>325.172</u>	<u>326.837</u>	<u>324.778</u>
Outros passivos financeiros				
Passivos	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Fornecedores	79.825	94.329	79.825	94.329
Partes relacionadas	151.519	28.556	151.125	28.162
Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.703.825	1.553.165	1.703.825	1.553.165
	<u>1.935.169</u>	<u>1.676.050</u>	<u>1.934.775</u>	<u>1.675.656</u>

d) Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo Vale. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do período é apresentado a seguir. O indicador atual demonstra que as atividades são mantidas preponderantemente com os recursos provenientes de seus acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Total passivo	2.226.744	1.931.148	2.226.350	1.930.754
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.769)	(159.817)	(14.769)	(159.817)
	<u>2.211.975</u>	<u>1.771.331</u>	<u>2.211.581</u>	<u>1.770.937</u>
Patrimônio líquido	1.266.037	1.372.955	1.266.037	1.372.955
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	1.703.825	1.553.165	1.703.825	1.553.165
Total patrimônio líquido+ AFAC	<u>2.969.862</u>	<u>2.926.120</u>	<u>2.969.862</u>	<u>2.926.120</u>
	<u>74,48%</u>	<u>60,54%</u>	<u>74,47%</u>	<u>60,52%</u>

Notas Explicativas

33 – Compromissos

Os gastos contratados, mas ainda não incorridos no contexto das informações contábeis intermediárias correspondem exclusivamente a compromissos assumidos pela Companhia referentes às concessões e arrendamentos da Malha Centro Leste e da Malha Paulista. Os compromissos assumidos podem ser resumidos conforme abaixo:

	Malha Centro Leste	Malha Paulista
Quantidade de parcelas totais	112	112
Periodicidade de pagamento	Trimestral	Trimestral
Índice de atualização das parcelas	IGP-DI (FGV)	IGP-DI (FGV)
Quantidade de parcelas pagas até 31 de março de 2013	59	50
Valor da última parcela paga		
- Concessão	1.748	429
- Arrendamento	33.207	8.157